



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)
280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada do Brasil na I
GM**

ANO 2017

NOVEMBRO

Nº 247

Forças Armadas preparadas são esteio do estado democrático de direito

MANUEL CAMBESES JÚNIOR

Coronel-Aviador Reformado, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RJ, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, e conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

O Brasil é um país guiado por um sentimento de paz. Não abriga nenhuma ambição territorial, não tem litígios em suas fronteiras nem tampouco inimigos declarados. Toda ação por ele empreendida nas esferas diplomática e militar, busca, sistematicamente, a manutenção da paz.

Porém, tem interesses a defender, responsabilidades a assumir e um papel a desempenhar, no tocante à segurança e defesa, em níveis hemisférico e mundial, em face de sua estatura político-estratégica no concerto das nações.

O primeiro objetivo de nossa política de defesa, portanto, deve ser a de fazer valer os interesses vitais da nação contra qualquer ameaça forânea. Não se pode precisar, a priori, a fronteira entre os interesses vitais e os interesses estratégicos. Os dois devem ser defendidos com ênfase e determinação. Essencialmente, os interesses estratégicos residem na manutenção da paz no subcontinente sul-americano e nas regiões que o conformam e o rodeiam, bem como os espaços essenciais para a atividade econômica e para o livre comércio (Setentrião Oriental, Costão Andino, Cone Sul e Atlântico Sul).

Fora desse âmbito, o Brasil tem interesses que correspondem às responsabilidades assumidas em fóruns internacionais e organismos multilaterais e ao seu status na ordem mundial. Este é conformado por uma combinação de fatores históricos, políticos, estratégicos, militares, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais.

Sem uma defesa adequada, a segurança nacional e a perenidade desses interesses estarão seriamente comprometidas e, conseqüentemente, não poderão ser asseguradas.

Urge que nossas Forças Armadas sejam preparadas, suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer intenção de agressão militar ao país, pela

capacidade de revide que representam. Essa estratégia é enfatizada para evitar a guerra e exige, como corolário, o fortalecimento da expressão militar do poder nacional, além de impor um excelente grau de aprestamento das Forças Armadas, desde o tempo de paz, por meio da realização de treinamentos, exercícios operacionais dentro de cada força, não sendo excluída a necessidade de planejamento e do treinamento de operações conjuntas e combinadas no âmbito das Forças Armadas.

O estudo da história, particularmente da militar de uma nação, conduz a conclusões e realça aspectos capazes de influir na expressão militar de seu poder nacional. O estudo das campanhas militares, com seus erros e acertos, o respeito às tradições, o culto aos heróis trazem reflexos à formulação da doutrina, ao moral e à estrutura militares. As tradições históricas e militares constituem, ainda, fatores de influência sobre a expressão militar. Essas tradições, que cumpre cultivar e manter, não devem, por outro lado, apresentar obstáculos intransponíveis à evolução, ao desenvolvimento e à tecnologia militares. No equilíbrio entre essas ideias, às vezes opostas, está o acerto que revigora a expressão militar.

Assumem também papel de destaque os aspectos qualitativos dos recursos humanos; o apoio em maior ou menor grau da opinião pública nacional e mesmo internacional; a coesão interna e a vontade nacional. E, nesse contexto, ressalta a fundamental importância do povo - expressão máxima das forças vivas da nação -, como verdadeiro esteio das Forças Armadas, quando a elas se une, nelas se apoia e com elas se confunde.

Nesse sentido, é imperioso o esforço para conservar integrados o homem militar e o homem civil, sem discriminações de qualquer natureza, sem privilégios, embora respeitadas suas diversas, mas naturais, destinações. O papel que caberá às Forças Armadas brasileiras, nas próximas décadas, é multifacetado e deve estar calcado em amplo debate, cujo resultado deverá ser tão satisfatório quanto maior for o desenvolvimento da sociedade.

O esboço de qualquer arranjo de defesa, em um Estado democrático, para que possa contar com recursos, deve estar respaldado por uma base de legitimidade.

Entendemos que, para a consecução desses objetivos, devem ser consultadas personalidades representativas de diferentes espectros de opinião: ministros de Estado, acadêmicos, analistas políticos, economistas, diplomatas, militares, jornalistas, todos com reconhecida competência na área de defesa e alguns críticos do atual sistema de defesa nacional.

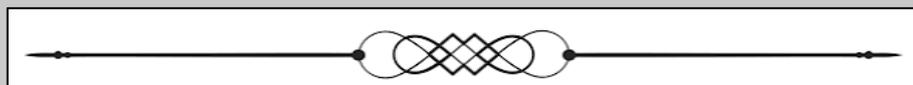
Evidentemente que não se trata de deixar em mãos destes pensadores a formulação de políticas e estratégias militares. Trata-se tão somente de ouvi-los e de reunir novos conceitos e ideias, que permitam oxigenar antigos preceitos e identificar referenciais para a defesa do país, os quais estejam mais em sintonia com os desafios dos novos tempos e consentâneos com a realidade nacional. Tais contribuições, depois de avaliadas, por setores competentes do Ministério da Defesa, poderão ou não ser incorporadas no planejamento estratégico.

Indubitavelmente, para a consecução dessa tarefa, mister se faz uma conjunção de esforços. Nesse sentido, somam-se, num processo sinérgico, o imprescindível apoio do presidente da República, a compreensão do Congresso Nacional, a efetiva colaboração do Ministério da Defesa e de outras áreas do governo, a confiança e o respaldo dos comandantes das Forças e a ativa participação de todas as forças vivas da nação.

Temos plena consciência de que não se pode justificar a hipertrofia das Forças Armadas em prejuízo do processo de desenvolvimento da nação, mas não se pode admitir, por ilógico e temerário, que a expressão militar do poder nacional seja colocada em plano inferior - vivenciando processo gradual de sucateamento e de desmantelamento devido à crônica insuficiência de

recursos financeiros -, na falsa concepção de que a prioridade absoluta deve ser dada ao desenvolvimento. Não existem nações desarmadas, porque nenhuma delas seria capaz de desfazer-se de sua expressão militar para merecer, por esse ato ingênuo, o respeito e a simpatia de todos os países. Não há fórmula miraculosa capaz de manter a paz sem ameaças de conflitos internos ou de guerra entre os povos.

Torna-se imperativo e oportuno conferir mais prestígio às Forças Armadas e racionalizar, modernizar e fortalecer o aparato defensivo brasileiro. Lembremo-nos das sábias palavras do insigne Barão do Rio Branco - *o Chanceler da Paz* - que, habitualmente, enfatizava a imperiosa necessidade de possuímos um bom sistema de armas para respaldar as nossas proposições no concerto das nações.



Verdades X Mentiras: O Exército Brasileiro na construção da BR 174

Telmo Travassos de Azambuja

Capitão da Arma de Engenharia,
da reserva não remunerada,
graduado na AMAN em 1969

A melhoria da infraestrutura fez parte das iniciativas para o desenvolvimento do país, no período de 1964 a 1984. A construção de rodovias como a BR 174, Manaus – Boa vista, com destaque para o trecho Caracaraí (RR) / Manaus (AM), possibilitando a ligação dos dois Estados, por inserir-se neste contexto, representou um passo importantíssimo para a consolidação da rede viária sul-americana e do sistema pan-americano de rodovias (Brasil, Venezuela, Uruguai, Argentina e Paraguai).

Para que a BR 174 pudesse ser construída foi preciso criar, pelo Decreto Presidencial No. 63.184, em 27/08/1968, o 6º. Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Boa Vista - RR. Posteriormente, em 1970, o DNER e o Exército Brasileiro assinaram convênio para que a BR 174 fosse construída. Tal ano é considerado o marco do início das ações efetivas para a construção da BR 174.

Cabe ressaltar que:

- No cenário da época vigorava a chamada "Guerra Fria" (de 1947 a 1991), tendo de um lado a liderança dos Estados Unidos da América - defensor do capitalismo e da democracia - e de outro a liderança da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), defensora do socialismo e do comunismo. Aliados na Segunda Guerra Mundial, suas ideologias contrastantes segmentaram a liderança política, econômica e militar mundial no pós-guerra. Foi neste contexto que o Governo brasileiro implantou projetos para segurança, integração e desenvolvimento da Amazônia, dentro de um planejamento geopolítico para a região, com base na doutrina de segurança nacional, com alinhamento ao capitalismo e à democracia;

- A ideia de construção de uma estrada nos moldes da BR 174 era antiga, tendo sido realizadas várias tentativas, todas sem sucesso: em 1847, em 1893 e em 1928. O ponto central deste desejo sempre foi a integração da Amazônia ao restante do país;

- Os waimiris-atroaris na verdade são dois grupos de índios, ambos do Grupo Kinja: os waimiris, que na época da construção da BR 174 eram liderados pelo tuxaua (líder, cacique ou capitão) Maroaga, e os atroaris, então liderados pelo tuxaua Comprido. A comunicação verbal destes grupos é a do ramo Karib.

Os atroaris foram considerados mais belicosos do que os waimiris, talvez pela influência do temperamento de seu líder Comprido, mais jovem e sem a maturidade de Maroaga (na faixa dos sessenta



anos de idade, na época). Os grupos eram unidos, mesclados, sendo que a companheira de Comprido era filha de Maroaga.

Waimiris – atroaris (AO LADO)

É importante considerar que desde a segunda metade do século 19 a área por onde passaria a rodovia BR 174 serviu de palco para recorrentes conflitos entre os índios waimiris-atroaris e garimpeiros, caçadores, castanheiros, tartarugueiros e aventureiros de todo tipo, bem como com a polícia militar do Amazonas, esta especialmente atuante nos anos 60.

A justificativa da PM do Amazonas de interferir no contato com os waimiris-atroaris deveu-se à proximidade de algumas aldeias com a capital Manaus. Em 1968 uma das mais conhecidas expedições para consolidar a

aproximação com os índios waimiris-atroaris (dentro das iniciativas denominadas "frentes de atração", coordenadas pela FUNAI, que substituiu o SPI – Serviço de Proteção ao Índio), foi liderada pelo padre e antropólogo italiano Giovanni Calleri.

Onze pessoas fizeram parte de referida expedição, sendo que dez membros da expedição foram mortos pelos waimiris-atroaris, sem nenhuma chance de defesa. O único sobrevivente foi o mateiro Álvaro Paulo da Silva, conhecido como Paulo Mineiro. Calleri foi alertado por Paulo Mineiro que em função do comportamento rude e teimoso com que estava lidando com os índios havia uma ameaça à vida dos membros da expedição. Apesar do aviso e da insistência do citado mateiro, Calleri não lhe deu a devida importância. Então, Paulo Mineiro decidiu abandonar a expedição para salvar a sua vida.

No dia em que Paulo Mineiro fugiu, todos os demais membros da expedição foram mortos pelos índios, alguns enquanto dormiam. Segundo relato de Paulo Mineiro, ele foi perseguido pelos waimiris-atroaris ao longo de alguns dias. Somente logrou sobreviver por causa da sua inegável experiência e competência em lidar com a realidade da selva. O sobrevivente Paulo Mineiro, no período em que esteve comandando a construção do trecho da estrada pertinente ao Destacamento Norte, foi um dos mateiros com os quais eu contava.

Tive a oportunidade única de ouvir dele mesmo, detalhes do ocorrido na Expedição Padre Calleri. Lamentavelmente, após a minha saída, ele faleceu em decorrência de um acidente, quando prestava serviços de manutenção da estrada. Com ele se foi a memória dos detalhes do ocorrido no massacre dos membros da expedição.

Durante a construção da BR 174 há evidências objetivas de 23 (vinte e três) mortes de colaboradores, sendo que 15 (quinze) delas foram decorrentes de ataques de emboscada pelos waimiris-atroaris. Na área de responsabilidade do Destacamento Norte nunca revidamos, molestamos, ferimos ou matamos um índio.

Nossos contatos com índios e informações sobre eles eram sempre através da FUNAI. Nosso lema era o mesmo de Rondon: "morrer, se preciso for, matar, nunca". Nós é que estávamos cortando as terras que eles consideravam ser deles. A atuação da FUNAI ocorria apenas de forma pacífica, sem violência.

Outras iniciativas geradas pelas "frentes de atração", coordenadas pela FUNAI e seus sertanistas, tiveram sucesso, embora relativo, pois os waimiris-atroaris tinham comportamento notoriamente ambíguo (momentos de aparente receptividade e outros com doses de agressividade). Tal variação de conduta dos waimiris-atroaris provavelmente foi consequência dos contatos e conflitos (segundo pesquisadores, desde 1856), com os invasores já citados no início deste texto.

A construção da BR 174, iniciada em 1970, marcou a efetiva presença do Exército Brasileiro numa área com histórico de conflitos, num ambiente hostil não gerado nem fomentado pelos militares. Tal cenário de atritos, com aproximações e tentativas de aproximação, por décadas, gerou sequelas para

todos. As sequelas ocorreram, tanto no lado dos índios quanto no lado de civis e militares, pelas mais diversas razões (conflitos físicos, mortes, doenças como gripe, malária e outras decorrentes da presença de estranhos no bioma natural da região).

Presenciei, numa das chegadas de um grupo de waimiris-atroaris no posto da FUNAI na área do Destacamento Norte, em 1976, que vários índios estavam com sarna, que pegaram de seus cachorros. É importante destacar que epidemias oriundas de contatos dos índios com invasores de seu território já eram conhecidas há muito tempo. Por exemplo, há registros de que em 1926 dezenas de waimiris-atroaris morreram por causa de uma epidemia de gripe.

Apesar das conhecidas quinze perdas humanas causadas pelos waimiris-atroaris ao longo da construção da BR 174, reitero que nenhum ataque aos índios nem qualquer morte de um índio ocorreu por ação do Destacamento Norte do 6º B E Const, Unidade que comandeí com muito entusiasmo e energia.

O Exército matou índios durante a construção da BR 174?

É uma pergunta que precisa ser respondida por quem viveu a situação ou por quem analisa informações confiáveis, de forma isenta, e não por pessoas que teorizam sobre a questão. Com a autoridade de quem comandou o Destacamento Norte do 6º B E Const nos anos 1976 e 1977 (portanto, nos dois últimos anos de construção da BR 174) reafirmo que nenhum índio foi morto por ação militar, em toda a área que cobrimos.

As mentiras em contraponto ao que afirmo são revoltantes, disseminadas por meios de comunicação viciados, por pessoas desinformadas ou ideologicamente fanatizadas, considerando apenas as versões que lhes convêm. Na enorme área que abrangeu minha participação na condução das atividades do Destacamento Norte eu asseguro que tratamos os índios de maneira respeitosa, mesmo após termos sido agredidos. Antes de ocuparmos a Amazônia os índios já estavam na terra que chamamos Brasil.

Na área e no período em que estive na liderança da construção da estrada, até a sua conclusão, e dou meu testemunho de que a atuação do Exército foi digna, competente, honesta e altamente profissional. Orgulho-me deste período da minha vida. Vi subordinados adoecerem, alguns morrerem, outros superarem extremas dificuldades, tudo para o bem do Brasil e dentro dos princípios éticos, de cidadania, de patriotismo, de respeito ao próximo, de disciplina, que caracterizam a formação de qualquer militar. Eu também passei por momentos delicados, de grandes riscos e graças a Deus os superei.

Trabalhamos vinte e quatro horas por dia, durante todos os anos da construção, equipes de dia e de noite, sem parar. Paradas apenas no período das chuvas torrenciais, que aproveitávamos para manutenção dos equipamentos, capacitação do pessoal e planejamentos. Nenhuma hora-extra ganhamos ou reivindicamos ao longo do nosso trabalho. O que ganhamos, dinheiro não compra.

A conclusão da BR 174 ocorreu em 06 de abril de 1977, dia do histórico e inesquecível encontro entre as frentes Sul (Destacamento Sul, responsável pela construção no sentido Manaus - Boa Vista) e Norte (Destacamento Norte, responsável pela construção no sentido Boa Vista - Manaus) do 6º. B E Const. Eu estava presente no local (Km 356,4) deste encontro e não é possível transformar em palavras a sensação, o orgulho da missão cumprida, o sentimento de ter concluído um esforço de muitos anos, conquista de muitas pessoas.

O resultado prático da construção da BR 174 nos leva aos seguintes fatos:

- Índios morreram, mas não por causa ou ação direta de militares do Exército Brasileiro. Pelo menos na área em que eu atuava isso nunca aconteceu;

- Dos 23 (vinte e três) mortos da equipe de construção, 15 (quinze) foram mortos de maneira covarde (emboscada) pelos waimiris-atroaris;

- A integração por rodovia com o resto do Brasil e o desenvolvimento de Roraima, tornaram-se realidade;

- A magnitude da obra e a capacidade de superação técnica e física dos obstáculos enfrentados com sucesso, é motivo de orgulho para o Brasil, para o Exército Brasileiro como um todo e, particularmente, para a sua Engenharia e logística (Intendência).

O momento atual pelo qual passa nosso país, também merece algumas considerações:

- Durante o período em que membros do Exército Brasileiro lideraram os rumos do Brasil, muito foi realizado, bastando buscar os registros do período, sendo que o principal objetivo (evitar que comunistas pró-Cuba e União Soviética destruíssem o Brasil) foi alcançado;

- Quando os militares tinham o poder de decisão em suas mãos, democraticamente, nunca se aproveitaram para elevar salários ou gerar benesses próprias. Os salários dos militares sempre foram baixos comparativamente com outros segmentos. Nenhum poderoso militar enriqueceu às custas do dinheiro do povo;

- De 1984 até o presente momento, os militares continuaram com baixos salários, sofreram grandes quedas em seus orçamentos e ainda passaram a ser tratados com desrespeito pelos ocupantes do poder;

- Está sendo alimentado pelos poderosos do momento, a maioria oriunda de grupos ideológicos ultrapassados, simpáticos a movimentos antidemocráticos e buscando interesses materiais próprios, um preconceito contra os militares e até retaliações;

- O povo brasileiro tem orgulho de suas Forças Armadas e boa parte sonha para que assumam novamente as rédeas da nação;

- Mentiras são espalhadas, sistematicamente, para desmerecer o comportamento e os feitos do Exército Brasileiro (seminários, jornais, filmes, novelas, programas de entrevistas, etc.) quase como um mantra, uma orquestração;

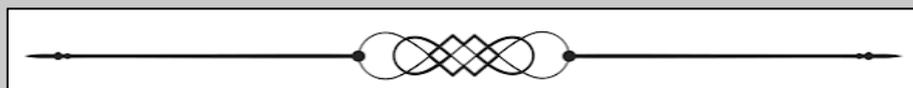
- Certas análises de valor e de versões dos fatos deixam de levar em conta o cenário, o contexto no período de construção da BR 174, gerando conclusões distorcidas da realidade;

- Testemunhos e informações coletadas são analisados e levados em conta desde que sirvam de justificativas para o demérito do Exército Brasileiro e do Governo daquela época.

O exposto neste texto tem por objetivo trazer uma parte da verdade à tona, tendo como foco a BR 174, particularmente quanto à atuação do Destacamento Norte do 6º B E Const, no período de 1976 e 1977, neste momento em que se divulgam inverdades, mentiras deslavadas, da tal "verdade alternativa", das meias-verdades, do cinismo, da hipocrisia, de distorções e manipulações de dados e informações, visando interesses sórdidos de pessoas e grupos que assaltam a nação sem nenhuma piedade com seu povo, tão deseducado para entender o quanto é manobrado, o quanto é incapaz de separar o joio do trigo.

Espero que um dia uma verdadeira "Comissão da Verdade" exponha para a nação o fiel retrato do que ocorreu e do que está ocorrendo.

* Telmo Travassos de Azambuja, Capitão da Arma de Engenharia da reserva não remunerada, graduado na AMAN em 1969, Guerreiro de Selva no CIGS em 1969, Pós-graduado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1978, Engenheiro civil, graduado pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1975, Pós-graduação, nível especialização, em engenharia de transportes pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1975; Cursos e estágios para especialização em gestão da qualidade no Japão, França, Espanha e Reino Unido, Supervisor Técnico Independente Nível III na área de engenharia civil e auditor líder na área de gestão da qualidade pelo Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear, de 1980 a 1988, com atuação na construção das usinas nucleares de Angra 1, 2 e 3 e na construção do submarino nuclear da Marinha do Brasil, Membro da Turma Jubileu de Prata, da AMAN.



DIA DO OFICIAL R/2

(Publicado no Noticiário do Exército de 4 de novembro de 2017)

O Exército Brasileiro comemora, em 4 de novembro, o Dia do Oficial da Reserva (R/2), instituído em reverência ao nascimento do Tenente-Coronel Luiz de Araújo Correia Lima, idealizador dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva no País.

Natural de Porto Alegre (RS) e descendente de família de militares, destacou-se no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo, onde veio a ser instrutor, e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pela sua inteligência e liderança.

Como estudioso das doutrinas pós 1ª Guerra Mundial, vislumbrou, perspicazmente, a importância da incorporação às reservas mobilizáveis de cidadãos com formação superior e conduta ilibada, o que motivou o Exército Brasileiro a criar, em 22 de abril de 1927, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), Organização Militar pioneira na formação de Oficiais R/2, no formato do Reserve Officers Training Corps, dos Estados Unidos da América, sendo seu primeiro comandante o então Cap Correia Lima.

Ao longo do tempo, a ideia de criação de organização Militar formadora de oficiais R/2 evoluiu e firmou-se com a criação de diversos CPOR e de Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) por todo o território nacional, a fim de atender às especificidades das diversas armas, quadros e serviços.

A formação do Oficial R/2 advém de processo meticulosamente planejado para instruir e inculcar nos alunos, em um curto período de tempo, valores morais e profissionais da vida castrense. Originalmente instituída com duração de três anos, a formação de oficiais R/2 foi reestruturada para dois anos em 1942, perdurando desta forma até 1966, quando foi novamente reestruturada e passou a ser realizada em um único ano de formação.

Devido a crescentes demandas na área administrativa, profissionais especializados por entidades civis de nível superior, voltados para diversas áreas de interesse da Força, têm sido incorporados ao Exército por meio do estágio de Serviço Técnico para formação do Oficial Técnico Temporário (OTT), à semelhança dos Oficiais R/2 médicos, farmacêuticos, dentistas, veterinários e enfermeiros, que também prestam fundamental apoio à saúde e ao bem estar dos militares e de suas famílias, inclusive em regiões inóspitas.

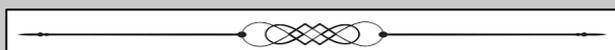
No atual processo de transformação pelo qual passa o Exército Brasileiro, impõe-se à Força Terrestre buscar, constantemente, a formação ideal e o melhor aproveitamento desses militares, nas complexas e desafiadoras missões que o Século XXI apresenta. Neste contexto, caberá ao Oficial R-2 papel relevante como integrante fundamental da Instituição, quer pelas atividades militares que desempenham, quer pelo papel de multiplicador dos valores cultuados na reserva, quando de sua saída da Força Terrestre.

Além de pertencer à reserva mobilizável, o oficial R/2 normalmente ocupa funções relevantes na sociedade brasileira de onde exerce o papel multiplicador dos valores castrenses e atua como líder na construção de uma sociedade melhor.

Nesta data tão importante, o Exército Brasileiro enaltece e agradece aos Oficiais R/2, de ontem, de hoje e de sempre, pela dedicação, lealdade e amor à Instituição e ao Brasil, concitando-os a trilhar o correto caminho do dever e a seguir os exemplos do seu Patrono, o Tenente-Coronel Correia Lima.

Parabéns a todos os Oficiais R/2.

NOTA DO EDITOR: conforme o Cmt do EB, na II Guerra Mundial, dos 1070 oficiais subalternos da FEB, 433 eram R/2, sendo que seis tombaram em combate, oferecendo à Pátria o seu sacrifício, que enobreceu e dignificou a Nação.



UMA ESCOLTA HISTÓRICA

(contribuição do Gen Ex Virgilio Ribeiro Muxfeldt, Membro-Efetivo da AHIMTB/RS)

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, RS, em 1882. Da história de sua vida, eivada de intermináveis polêmicas, resta apenas uma certeza: nunca foi monótona.

Estudante em Ouro Preto, na adolescência, junto com dois irmãos envolveu-se numa briga que culminou com a morte de um estudante paulista, razão pela qual foi obrigado a retornar para São Borja. Ser soldado raso do 6º Batalhão de Infantaria de sua cidade natal, aluno da Escola de Tática de Rio Pardo, de onde seria desligado por indisciplina em 1903, sargento de um Batalhão de Infantaria de Porto Alegre que se deslocou para Corumbá no auge da crise entre Brasil e Bolívia pela posse do Acre, constam ainda do histórico de sua juventude.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, elegeu-se deputado estadual, iniciando uma tormentosa carreira política em que venceria e perderia eleições, venceria uma revolução, a Revolução de 30, derrotaria a Revolução Constitucionalista de 32, promulgaria e revogaria constituições, sufocaria a Intentona Comunista de 35 e a tentativa de golpe integralista de 37.

Presidente da República desde a vitória da Revolução de 30, em 1937 suspendeu as eleições destinadas a substituí-lo no cargo e instaurou o Estado Novo, com o fechamento do Congresso,

Após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942, declarou guerra à Alemanha, Itália e Japão e, em novembro do ano seguinte, criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro escalão foi mandado em julho de 1944 para combater na Itália.

Com o término do conflito em 1945, Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério.

Afastado do poder, Getúlio Vargas retirou-se para sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul, apoiando a candidatura vitoriosa do general Eurico Dutra, seu ex-ministro da Guerra, à presidência da República.

Dias antes da eleição de 3 de outubro de 1950 que o recolocaria na Presidência da República, o então candidato Getúlio seguiu para a Estância São Pedro, de seu amigo Batista Luzardo, em Uru-guaiana, de onde só sairia em 17 de janeiro de 1951, como presidente eleito.

Nesse dia histórico, após breve cerimônia na prefeitura, Getúlio, aclamado por uma multidão de simpatizantes, acomodou-se no banco de trás do carro aberto que o conduziria ao aeroporto para tomar o avião que o levaria para o centro do país e recebeu a apresentação do tenente comandante de uma escolta de lanceiros do 8º Regimento de Cavalaria, encarregada de escolta-lo até a saída da cidade.

Após os comandos de praxe, o carro que conduzia o presidente iniciou seu deslocamento, com a cavalcada já trotando, quando, não se soube de onde, irrompeu na frente do cavalo do comandante da escolta o “tenente” Gregório Fortunato, guarda pessoal de Getúlio desde 1930. O inesperado então aconteceu: cavalo, tenente e guarda costa literalmente foram ao chão.

Recuperando-se, o tenente tratou de levantar seu cavalo e, ante a sugestão de Getúlio de que a escolta estava dispensada, respondeu que cumpriria a sua missão até o fim. Recompuesto, o cortejo seguiu em frente, com a cavalcada a galope pela rua Duque de Caxias, até o trevo de início da estrada do aeroporto.

Do episódio restou para o tenente a dúvida sobre que terrível ameaça teria sido pressentida pelo guarda-costas para fazer o que fez e uma bainha de espada seriamente danificada que, por mais esforços que empreendesse para restaurá-la, ficou com as marcas decorrentes da queda do cavalo.

Getúlio Vargas tomou posse como Presidente da República em 31 de janeiro de 1951 e suicidou-se em 24 de agosto de 1954, em decorrência de desmandos de sua guarda pessoal chefiada por Gregório Fortunato.

Condenado, Gregório Fortunato foi assassinado na prisão, em 23 de outubro de 1962.

X-X-X-X-X-X-X-X-X

O GENERAL PITALUGA E A CARGA DA CAVALARIA GUAICURU DE DEBRET (contribuição do Gen Ex Virgilio Ribeiro Muxfeldt, Membro-Efetivo da AHIMTB/RS)

“Sapateiro, não vá além da sandália”
Apeles, pintor grego da Grécia Antiga

O pintor Jean Baptiste Debret chegou ao Brasil em 1816, integrando a Missão Artística Francesa ao Brasil, organizada a pedido do então Príncipe Regente D. João.

Permaneceu no país até 1831, quando retirou-se para a França, deixando um legado que, por sua importância histórica, excedeu em muito a sua capacidade artística.

Suas gravuras, retratando o cotidiano do Rio de Janeiro, o trabalho dos escravos e alguns aspectos da vida dos índios, são o testemunho “vivo” de como era o Brasil na transição de colônia portuguesa ao Império instalado a partir de 1922.

Como pintor oficial do Reino Português e a seguir do Império Brasileiro, retratou a posse de D. João VI como rei de Portugal, Brasil e Algarves e, quando da independência, desenhou a bandeira imperial, com a cor verde e o losango amarelo até hoje presentes na bandeira do Brasil.

Uma de suas gravuras mais reproduzidas é denominada de CARGA DA CAVALARIA GUAICURU, onde um cavaleiro índio, ao galope e portando uma lança, utiliza o corpo do cavalo como escudo vivo para proteger-se de flechas ou mesmo do fogo de arcabuzes inimigos.

A etnia Guaicuru é originária do Chaco paraguaio, uma tribo coletora-caçadora nômade que, com a chegada dos espanhóis a Assunção, logo percebeu a vantagem de utilizar o cavalo em seus entreveros com os colonizadores e tribos hostis, tornando-se excelentes cavaleiros.

Expandindo-se para o leste e o norte, tribos guaicurus chegaram aos territórios da então província do Mato Grosso, entrando em choque com as tribos locais e os colonizadores portugueses. Como tinham um inimigo comum, os espanhóis de Assunção, os portugueses e depois os brasileiros cooptaram os guaicurus em várias campanhas militares, pois eram guerreiros por natureza.

Possivelmente por ouvir relatos desses acontecimentos, pois é altamente duvidoso que tenha estado no então Mato Grosso e muito menos presenciado uma carga dos Guaicurus, Debret os imortalizou em sua célebre gravura.

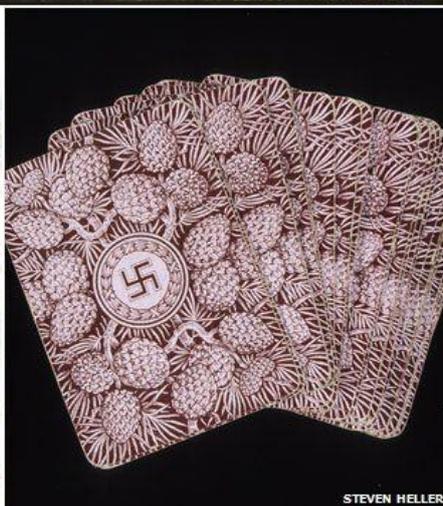
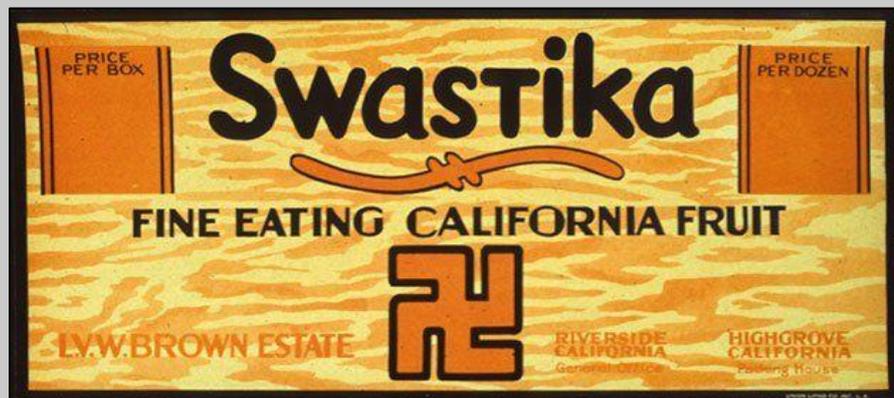
Uma reprodução dessa gravura ornamenta o Salão de Honra do Quartel General da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Brigada Guaicurus, sediada em DOURADOS-MS.

Em 1997, o General Plínio Pitaluga, ex-comandante da 4ª Divisão de Cavalaria, que evoluiu para a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, ao visitar o QG da Brigada, como que incorporando o pintor Apeles, disparou:

- Esse Debret não entendia nada de cavalos. Entendia muito de pincéis e cores e pintou um belo quadro, mas a diagonal do galope do cavalo está errada!



A suástica antes dos nazistas



O símbolo existe há milhares de anos. Na linguagem antiga do sânscrito, seu nome significa “bem-estar”. Mesmo usada por milênios pelos hindus, budistas e jainistas, seu sentido mudou partir da Segunda Guerra Mundial. A suástica, normalmente considerada indiana, foi adotada pelos nazistas e deixou de ser um símbolo da sorte, como era no início do século XX, para se tornar uma lembrança de um episódio terrível da história.

“A Coca-Cola usou. A Carlsberg usou em suas garrafas de cerveja.

Os Escoteiros-mirins também adoraram e o Clube de Meninas da América chamava sua revista de Suástica. Eles mandavam até distintivos de suástica para seus leitores como prêmio por vender revistas”, diz Steven Hellen, escritor do livro

Símbolo já foi usado por marcas de cerveja e pela Coca-Cola (Foto: Steven Heller)

“The Swastika: Symbol Beyond Redemption?”.

A suástica também foi usada pelos antigos gregos, pelos celtas, pelos anglo-saxões. No Museu Nacional de História da Ucrânia, em Kiev, há um figura pequena de marfim que mostra um pássaro fêmea, feito a partir da presa de um mamute.

No peito do pássaro, há um um complexo padrão de suásticas.

Este é o padrão de suásticas mais antigo identificado no mundo. Ele foi encontrado em 1908 no assentamento paleolítico de Mezin, e segundo a datação de carbono, tem 15 mil anos. Como o pássaro foi encontrado com uma série de objetos fálcos, acredita-se que era um símbolo de fertilidade.

Os antigos gregos usavam a suástica para decorar seus vasos. No museu também há fragmentos de tecido do século XII. Acredita-se que eles faziam parte do colarinho do vestido de uma princesa eslava. Os tecidos são bordados com cruzeiros e suásticas douradas.

O exército americano também usou o símbolo durante a Primeira Guerra Mundial. Mas seu uso benigno parou nos anos 1930, quando o partido nazista chegou ao poder na Alemanha.

Acadêmicos alemães do século XIX traduziram antigos textos indianos e notaram semelhanças entre o alemão e o sânscrito. Eles, então, concluíram que deviam ter os mesmos ancestrais, uma raça de guerreiros chamada ariana. Logo, grupos nacionalistas antissemitas dentro do movimento começaram a se apropriar da suástica como um símbolo ariano para passar o sentimento de que os alemães pertenciam a uma linhagem antiga.

“Para os judeus, a suástica é sinônimo de medo, de repressão e de extermínio. É algo que nunca poderemos mudar”, diz o sobrevivente do Holocausto Freddie Knoller, de 96 anos, à BBC.

O uso do símbolo pelo nazismo tornou a suástica o emblema mais odiado do século XX, para sempre conectado às atrocidades cometidas no Terceiro Reich. A suástica foi proibida na Alemanha no fim da Segunda Guerra Mundial e o país tentou, sem sucesso, proibi-lo em toda a Europa em 2007.

Fonte: jornal on line Opinião e Notícia, edição de 05 Nov 2017.



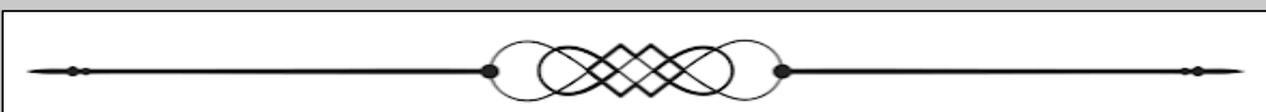
Primeiro Encontro Rio-Grandense de História Militar de Bagé, RS. (continuação das imagens e descrição iniciados na edição anterior)



O Membro-Efetivo Sgt Ianko Bett (ao centro) como mediador das palestras sobre o “Barão do Rio Branco na pasta das Relações Exteriores” e “Os Novos documentos sobre a Defesa Nacional: um projeto para o Século XXI”.



O Acadêmico Dr. Eduardo Cunha Müller apresentando sua palestra sobre a Madame Elisa Alicia Lynch, mulher de Francisco Solano Lopez, e sua influência sobre a Guerra da Tríplice Aliança.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Presidente da AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com

Sites:

www.ahimtb.org.br
www.acadhistoria.com.br

Site do Núcleo de Estudos Estratégicos do CMS:
www.nee.cms.eb.mil.br

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:
<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>

Site do Núcleo Militar de Gramado:
www.nuclev.com